



RPOLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIAS

**COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA**



MATHEUS CAETANO CAMPOS PEREIRA

**ESTUDO SOBRE GESTÃO DE OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS PELOS
ÓRGÃOS POLICIAIS DO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2024

MATHEUS CAETANO CAMPOS PEREIRA

**ESTUDO SOBRE GESTÃO DE OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS PELOS
ÓRGÃOS POLICIAIS DO ESTADO DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação de MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Me Leon Denis da Costa.

GOIÂNIA-GO

2024

ESTUDO SOBRE GESTÃO DE OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS DO ESTADO DE GOIÁS

STUDY OF MANAGEMENT OF HOMICIDE INCIDENTS BY POLICE DEPARTMENTS
OF GOIAS STATE OF BRAZIL

Matheus Caetano Campos Pereira¹

Leon Denis da Costa²

Resumo

A gestão de homicídios é um desafio enfrentado por diversos órgãos, que devem trabalhar em conjunto e de forma simultânea para agir da forma mais eficiente possível. Este estudo teve como objetivo analisar o processo de gerenciamento dessas ocorrências pelos órgãos de segurança pública de Goiás: Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC) e Polícia Técnico-Científica (PTC). Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de campo exploratória para obter resultados junto aos órgãos mencionados. A coleta de dados ocorreu em abril de 2024, através de entrevistas conduzidas por meio de um questionário estruturado, com análise de documentos e procedimentos profissionais. Os resultados indicam que há uma integração significativa entre os órgãos de segurança, mas também destacam a necessidade de melhorias contínuas na comunicação e na padronização de procedimentos. A implementação de um sistema de comunicação unificado e a realização de treinamentos conjuntos foram identificadas como estratégias promissoras para aumentar a eficiência na gestão de homicídios. Além disso, a criação de um comitê de monitoramento para avaliar a implementação das melhorias e ajustar conforme necessário pode garantir que os processos continuem a evoluir e a se adaptar às novas demandas e desafios.

Palavras-chave: Gerenciamento, Homicídios, Integração.

Abstract

The management of homicides is a challenge faced by various agencies, which must work together and simultaneously to act as efficiently as possible. This study aimed to analyze the process of managing these occurrences by the public security agencies of Goiás: Military Police (PM), Civil Police (PC), and Technical-Scientific Police (PTC). Methodologically, an exploratory field research was conducted to obtain results from the mentioned agencies. Data collection took place in April 2024 through interviews conducted using a structured questionnaire, along with the analysis of documents and professional procedures. The results indicate that there is significant integration among the security agencies, but they also highlight the need for continuous improvements in communication and standardization of procedures. The implementation of a unified communication system and the conduction of joint training sessions were identified as promising strategies to increase efficiency in homicide management. The creation of a monitoring committee to evaluate the implementation of improvements and adjust as necessary can ensure that the processes continue to evolve and adapt to new demands and challenges.

Keywords: Management, Homicides, Integration.

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais– 47ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: matheuscaetano371@gmail.com Telefone: (62)99359-5846.

² Orientador. Professor do MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar. Mestre em Sociologia. Graduado em Letras e Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Polícia Judiciária Militar. Tenente-Coronel da PMGO. Email: leondenis1978@gmail.com. Telefone:(62)99321-9005

1 INTRODUÇÃO

As taxas de homicídio são frequentemente utilizadas como um indicador dos níveis de criminalidade. As razões para isso são práticas e conceituais. Em termos práticos, as estatísticas de homicídios tendem a ser mais fiáveis do que as estatísticas de outras formas de crime. Conceitualmente falando, o homicídio e outras formas de crime são frequentemente considerados como estando relacionados: o homicídio é visto como a “ponta do iceberg” do crime subjacente. No entanto, ainda não está claro se esta convenção é empiricamente justificável (Souza, 2018).

Mas medir os homicídios é um desafio. Mesmo os pesquisadores de homicídios nem sempre concordam sobre as características que definem um homicídio. Mesmo quando uma definição é acordada, é difícil contabilizar cada homicídio. Em muitos países, os registros civis nacionais não certificam a maioria das mortes ou a sua causa. Além da falta de recursos e pessoal, é preciso encontrar um corpo para determinar a ocorrência de uma morte. E podem ter dificuldade em distinguir um homicídio de uma causa de morte semelhante, como ser morto num conflito armado (Souza, 2018).

As instituições de aplicação da lei e de justiça criminal recolhem mais dados sobre se uma morte foi ilegal, mas a sua definição de ilegalidade pode diferir entre países e épocas. É difícil estimar os homicídios quando nenhuma destas fontes está disponível ou é suficientemente boa. As estimativas baseiam-se em inferências de países semelhantes e em fatores contextuais que se baseiam em pressupostos sólidos.

Assim, a pesquisa versa sobre o gerenciamento de ocorrência de homicídio no Estado de Goiás pelos órgãos de segurança pública com enfoque especial nas ações da Polícia Militar. É necessário então compreender este contexto, partindo dos dados nacionais, em que, a taxa de homicídios continua caindo no Brasil, como têm acontecido todos os anos desde 2019. A pesquisa Monitor da Violência encomendada pelo site de notícias G1 mostrou uma redução de 3,4% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2022. Se previsto para os próximos seis meses, o país poderá terminar 2023 com o menor total de mortes violentas desde 2011 (Audi, 2023).

No entanto, embora tenha ocorrido a redução, as taxas de homicídio no Brasil permanecem muito altas. Foram registrados 19,7 mil assassinatos nos últimos seis meses, o que corresponde a 110 por dia. Os resultados, porém, não são completos, pois o levantamento não leva em conta as mortes causadas pela polícia (Audi, 2023).

Já, em Goiás, conforme acompanhamento do Observatório de Segurança Pública, os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) estão em queda desde o primeiro semestre desde 2019, quando comparado ao índice nacional.

De 2020 para 2021, houve redução no Brasil, de 7,37%, e em Goiás de 15,41%, o dobro do nacional. Já de 2021 para 2022 a redução no Brasil foi de 3,95% e em Goiás, de 12,54%. De 2022 para 2023, Goiás teve mais que o dobro da redução comparada ao nacional. Evidenciando assim, que o país registrou queda de 3,39% e em Goiás os índices recuaram 11,33% (Goiás, 2023).

A pesquisa voltada para o gerenciamento de homicídios, crimes graves que demandam uma resposta policial eficaz e imediata para garantir a segurança da população, torna-se muito relevante para os órgãos de segurança, em especial para a Polícia Militar, para compreender as ações para a eficácia das operações e a redução da criminalidade. Além do mais, a maneira como a polícia lida com casos de homicídio, influencia diretamente a percepção da comunidade sobre a eficácia policial e a sensação de segurança. Deste modo, a gestão dessas ocorrências pode contribuir para fortalecer a confiança da população nas forças de segurança, bem como o aprimoramento em investigar as práticas atuais pode revelar oportunidades de aperfeiçoamento nos processos de gestão de homicídios.

Deste modo, o estudo é relevante, pois, ao tratar da eficiência operacional pode contribuir para otimizar as operações da Polícia Militar, resultando em uma resposta mais eficiente e coordenada às ocorrências de homicídio. Assim, compreende-se que a redução da impunidade está relacionada em compreender as estratégias de identificação e prisão dos responsáveis, a fim de resolver os casos de homicídio, fortalecendo a justiça criminal. E ainda, aprimora as relações comunitárias, uma vez que a gestão eficaz das ocorrências de homicídio pode fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, construindo uma parceria mais sólida no combate à criminalidade.

Portanto, a pesquisa levantou como problema a ser investigado, saber: Como os principais órgãos de segurança pública de Goiás envolvidos nos processos de homicídio tem lidado com as ocorrências, desde o momento inicial até as fases subsequentes, e quais são as estratégias adotadas para a repressão imediata e para a identificação e prisão dos responsáveis?

Diante do contexto, a pesquisa tem o objetivo geral de analisar e compreender o processo de gerenciamento de ocorrências de homicídio pelos órgãos de segurança pública, são eles Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC) e Polícia Técnico Científico (PTC) em seu departamento de levantamento com a ocorrência de homicídios, a fim de identificar as estratégias adotadas desde o momento da ocorrência até as fases subsequentes. Os objetivos específicos são: descrever como cada órgão lida com as ocorrências de homicídios; identificar

os desafios de cada órgão no atendimento dos homicídios e analisar a efetividade do gerenciamento dos homicídios para que possa apresentar proposta de melhorias práticas para otimizar a gestão de ocorrências de homicídio pela Polícia Militar de Goiás.

O estudo será dividido em três capítulos, são eles: Revisão teórica contendo o conceito de Gestão de processos, depois a ocorrências de homicídios e as funções dos órgãos a partir de suas práticas; em seguida tem se a metodologia seguida dos resultados e discussão acerca do gerenciamento de ocorrência de homicídio no Estado de Goiás realizado pela Policia Militar.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 GESTÃO DE PROCESSOS

Um processo de negócios é um conjunto organizado de atividades, tarefas e fluxos de trabalho que permitem que uma empresa atinja seus objetivos. Existem muitos tipos diferentes de processos de negócios, incluindo processos principais, de suporte e de cauda longa. Todos os processos pertencem a um desses tipos e todos os processos podem ser definidos como estruturados ou não estruturados (Gomes, 2017).

Independentemente do tipo, os processos de negócios precisam ser definidos antes de serem gerenciados. Alguns dos principais benefícios da definição de um processo incluem: melhor visibilidade; mais controle; responsabilidade melhorada; maior eficiência; maior produtividade; aplicação mais fácil dos requisitos de segurança e conformidade e excelência operacional (Gomes, 2017).

O gerenciamento de processos é um procedimento sistemático que garante a implementação de processos de negócios eficazes e eficientes. É um conjunto de atividades que alinham os processos de negócios com os objetivos estratégicos. Um processo bem definido desempenha um papel crucial no crescimento positivo de uma empresa. Por isso, é vital implementar uma estratégia de gestão de processos independentemente do tamanho da sua empresa (Matias-Pereira, 2018).

Ao contrário do gerenciamento de projetos que organiza e supervisiona o grupo de processos que compõem um projeto o gerenciamento de processos concentra-se em atividades e fluxos de trabalho recorrentes. Ele considera processos individuais, bem como todos os processos que ocorrem dentro de uma organização. O senso comum é que o gerenciamento de processos é essencial para estabelecer e manter a eficiência dos negócios. Também é necessário garantir que os processos atinjam seus objetivos. Mas há outras razões pelas quais o

gerenciamento de processos é importante. Os processos devem evoluir para permanecerem alinhados com as mudanças nas necessidades de negócios. Esta estratégia de gestão fornece a visão e o controle necessários para modificar processos quando necessário (Matias-Pereira, 2018).

Além disso, Paim *et al.*, (2009) comentam que, ajuda a identificar gargalos, silos de dados e colaboração e transferências incorretas. Também pode ajudar a criar fluxos de trabalho que levam a melhores experiências para clientes e funcionários. Não podemos esquecer que isso também mantém as equipes preparadas para tomar decisões. Ao monitorar e avaliar a eficácia dos processos, as equipes têm acesso a dados que podem orientar decisões informadas.

Portanto, o gerenciamento eficaz de processos pode ajudar as organizações a alinhar seus esforços de negócios, criar eficiências nos fluxos de trabalho e reduzir redundâncias nas operações. Existem muitas estratégias que os gerentes de processos podem usar para melhorar a produtividade e agilizar os processos. Compreender o gerenciamento de processos e como ele funciona pode ajudá-lo a implementar estratégias de gerenciamento em seus próprios esforços de negócios (Valle; Oliveira, 2011).

O gerenciamento de processos é uma ação que as organizações podem realizar para ajudá-las a atingir seus objetivos estratégicos de longo prazo. É uma metodologia de negócios que pode utilizar diferentes técnicas, abordagens estruturadas e tecnologias. Para garantir que uma organização permaneça no caminho certo, a gestão de processos concentra-se principalmente nos resultados, e não nas tarefas. É um processo contínuo, onde as equipes e organizações podem procurar constantemente formas de melhorar a eficiência e gerir processos de forma eficaz. O gerenciamento de processos geralmente considera objetivos como (Matias-Pereira, 2018): Alinhar processos com a visão e valores da empresa; padronização de processos para facilitar esforços de treinamento e garantia de qualidade; automatizando tarefas repetitivas ou simples; obtenção de novas tecnologias; realização de análises de risco para mitigar riscos de processo e acompanhamento de métricas de processo para medir a eficiência.

2.2 CONTEXTO DE GESTÃO DE HOMICÍDIOS NO BRASIL

Considera-se a violência como um fenômeno de grande abrangência e complexidade, cuja definição não pode ser precisamente determinada pela ciência, uma vez que é algo subjetivo, podendo ser moldada pela cultura e sujeita a constantes revisões à medida que os valores e normas sociais se transformam.

Em 1996, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a violência como um dos principais problemas de segurança e saúde pública em todo o mundo. Isso se deu com base em evidências que apontam para um aumento na incidência de ferimentos intencionais em todos os grupos demográficos e de gênero. A análise da violência afeta diretamente a saúde da população, gerando impactos na mortalidade, morbidade e nos custos para o sistema de saúde, seja por conta do tratamento e reabilitação das vítimas ou pelos anos de vida potencialmente perdidos.

Os assassinatos são considerados a forma mais séria de violência e causam um grande impacto negativo na sociedade, gerando medo, insegurança e mudanças no comportamento das pessoas, tanto nas relações interpessoais quanto no ambiente urbano, afetando a cidadania e os direitos fundamentais.

A definição de homicídio na literatura internacional é alvo de controvérsias (Liem; Pridemore, 2012). Além das dificuldades de tradução e interpretação cultural do conceito, diferentes interpretações legais geram debates em questões como homicídio culposo, desaparecimento e lesões seguidas de morte, além de temas como infanticídio, eutanásia e aborto. Estudos antropológicos e filosóficos do direito também mostram que a morte em sacrifícios ou ao enfrentar inimigos nem sempre é considerada homicídio, e que em muitas culturas a morte intencional ocorre entre membros da mesma comunidade política (Arendt, 2012).

Neste contexto, definimos homicídio sociologicamente como uma ação social, no sentido proposto por Weber, na qual a violência letal é praticada de forma intencional. Dessa forma, o foco recai sobre o significado e a prática da ação social. O trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem sido fundamental na consolidação dos dados fornecidos pelas secretarias estaduais de Segurança Pública do país. Análises desses dados, seja provenientes desse sistema ou do DataSUS, revelam que os homicídios não estão distribuídos de forma homogênea pelo Brasil. Pelo contrário, eles são concentrados em determinados períodos, locais e em grupos sociais, faixas etárias e étnicas específicas: nas últimas três décadas, houve um significativo aumento nas taxas

de homicídios, principalmente nas regiões urbanas periféricas, vitimando, sobretudo, homens, jovens, negros e pardos, de acordo com a classificação racial oficial. Além disso, desde os anos 1990, houve um aumento progressivo da participação de grupos de jovens armados em casos de homicídios.

O diálogo acerca dos homicídios no Brasil tem trazido contribuições significativas para a pesquisa. Estudos revelaram que em quase todos os cenários onde houve aumento considerável nas taxas de homicídios (por exemplo, no Rio de Janeiro nos anos 1980, em São Paulo nos anos 1990 e nos estados do Nordeste na última década) surgiram mercados ilegais altamente lucrativos sendo estabelecidos e disputados por facções armadas (Manso; Dias, 2018; Feltran, 2022; Rodrigues, 2019).

Estudos recentes qualiquantitativos sobre homicídios em áreas urbanas mostram que os crimes não se concentram apenas em regiões mais pobres das cidades, mas, principalmente, nas áreas limítrofes entre bairros carentes e regiões nobres (Feltran, 2022), assim como em zonas rurais com histórico de conflitos ou em áreas de exploração econômica em expansão (Rodrigues, 2017; Rodrigues *et al.*, 2022). Regiões menos vulneráveis apresentam índices consideravelmente mais baixos (Tavares *et al.*, 2016), mesmo quando há presença de mercados ilegais, como no caso do tráfico de drogas entre grupos de classe média e elites. Diversas abordagens da literatura brasileira têm abordado, de forma mais ou menos direta, a questão dos homicídios. Aspectos ambientais, institucionais ou populacionais capazes de fomentar ou prevenir crimes e violência letal têm sido associados a questões estruturais, como desigualdade, pobreza e estigmas (Ribeiro; Cano, 2016).

Nos últimos 35 anos, aproximadamente 1,5 milhão de atos criminosos violentos foram registrados no Brasil, conforme as estatísticas, colocando o país como líder mundial em casos de violência. Jovens, pessoas negras e com nível educacional mais baixo são os principais afetados. A aceitação da violência a ponto de muitos concordarem com os linchamentos públicos, que agora são compartilhados e apreciados online, é extremamente preocupante (Ferreira, 2015).

Vivemos em uma era violenta que persiste e se intensifica devido ao aumento da população nos grandes centros urbanos nas últimas décadas. Atualmente, as taxas de homicídios no Brasil assemelham-se às de países europeus medievais, como Inglaterra, Alemanha, Suíça e Holanda nos séculos XIII a XVI. Para alcançar um futuro pacífico, como os europeus conseguiram, é crucial e urgente agir. Para resgatar os valores humanistas, é essencial desnaturalizar a violência criminal e investir em racionalidade, método e planejamento. O projeto “*A Segurança Pública no Brasil em 2023: uma Visão Prospectiva*” busca mostrar que

um novo cenário é possível, mas não será alcançado por acaso ou por uma série predestinada de fatores que poderiam ser previstos utilizando métodos econométricos baseados em dados passados. O projeto lembra que o futuro ainda está em aberto e que os protagonistas sociais - indivíduos, organizações e instituições - são os responsáveis por escrevê-lo.

A segurança pública é uma das áreas de grande preocupação para a sociedade brasileira de acordo com Ferreira (2015). Historicamente, essa política é de responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, que a executam através de suas polícias civis e militares, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. O governo federal, antes dessa constituição, já possuía o Departamento Penitenciário Nacional e polícias com funções específicas, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, aumentando sua participação a partir dos anos 1990. Foram criadas novas instituições, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Força Nacional de Segurança Pública e o Sistema Penitenciário Federal. Além disso, foram desenvolvidos meios de financiamento para projetos de segurança pública, como o Fundo Penitenciário Nacional e o Fundo Nacional de Segurança Pública (Tavares *et al.*, 2016).

O Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas também foi estabelecido recentemente. Os planos do governo federal desde 2000 incluem programas de segurança pública e execução penal. A Senasp e a Polícia Federal realizaram planejamentos estratégicos nos últimos anos, mas poucos foram divulgados. Em nível estadual, alguns órgãos de segurança pública elaboraram planejamentos estratégicos com base em cenários futuros, como Goiás, Pará e a Polícia Militar do Distrito Federal (Ferreira, 2015).

A execução do referido projeto é fundamental devido às incertezas que se apresentam para os próximos anos. Existem diversos fatores a serem analisados, como: a diminuição da população jovem no futuro; a preocupante alta de crimes violentos no Brasil; o constante aumento da população carcerária; o crescimento do mercado de segurança privada; a corrupção recorrente de agentes públicos; possíveis mudanças nas leis penais, processuais e de execução penal; a integração das políticas de segurança pública com outras áreas; as decisões tomadas pelos governos em relação à segurança pública; o papel da mídia na cobertura de crimes e justiça criminal; os conflitos políticos sobre reformas legais.

A aplicação da prospectiva no planejamento estratégico (e na gestão) é destacada por diferentes estudiosos. Matus (1996, p. 247), por exemplo, critica o planejamento convencional por se basear em apenas um cenário futuro: “o conceito arcaico do planejamento tradicional, que leva a uma única variante, expressada no voluntarismo de uma única trajetória, deve ser descartado por ser rudimentar e ineficaz”. Já Godet e Durance (2011, p. XVII) enfatizam que alguns atores constroem o futuro: “o futuro não está definido, em sua maioria, mas deve ser

construído pelos agentes mais preparados e determinados a lutar pela concretização de seus projetos”. Desta forma, a elaboração de cenários pode auxiliar “na antecipação das opções de ação necessárias para lidar com uma situação específica” (Matus, 1996, p. 248).

Assim, de acordo com Passos (2022) o método de investigação da polícia está sendo eficaz? Segundo Misse (2010, p. 35), é comprovado pelos estudos de fluxo do sistema de justiça criminal que o principal obstáculo está na comunicação entre a polícia e o Ministério Público, não no Poder Judiciário, responsável pela morosidade. Por isso, é crucial que os departamentos de investigação sigam um método eficaz de apuração para coletar evidências e informações que auxiliem na resolução dos fatos e na identificação dos autores.

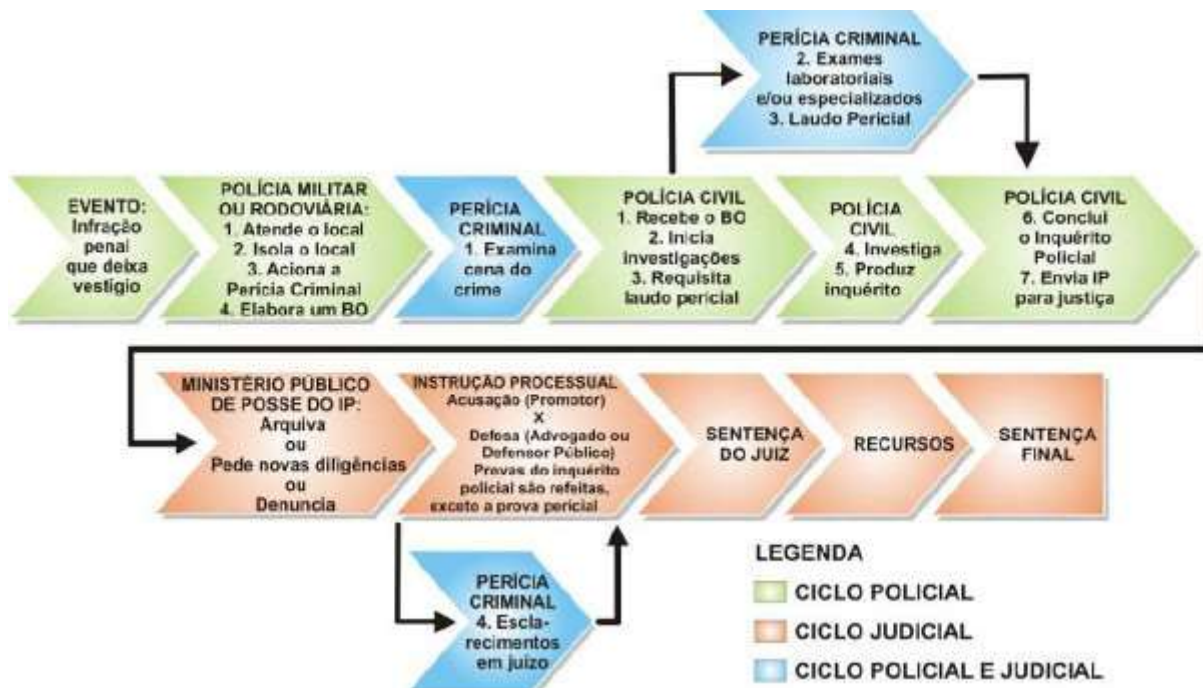
É de amplo conhecimento que no Brasil existe uma discussão acerca do modelo de investigação criminal utilizado, o qual apresenta características de ser burocrático e descentralizado, prejudicando a eficácia do sistema de persecução penal. Conforme afirmado por Azevedo e Vasconcellos (2011, p. 61), “o formato do inquérito policial favorece uma abordagem burocrática e teórica em detrimento das atividades de investigação policial”. Existem situações em que inquéritos policiais são devolvidos pelo Ministério Público (MP) devido a erros no procedimento, sendo solicitadas diligências para esclarecimentos. Isso resulta em uma longa tramitação dos inquéritos pela Polícia Civil. Como ressalta Misse (2010, p. 37), é o conhecido 'pingue-pongue', com idas e vindas do inquérito policial entre a delegacia e o MP - uma forma de o inquérito não avançar, até que, após meses e, em alguns casos, anos, seja arquivado.

O acontecimento é que nos últimos tempos a situação da segurança pública no Brasil tem sido caracterizada por necessidades acumuladas e transformações não finalizadas. Como Lima, Sinhoretto e Bueno (2015, p 125) apontam, isso reflete altos índices de violência ligados às altas taxas de impunidade, resultando em pouca confiança nas leis e nas instituições. Em relação a essa avaliação, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em sua análise da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) em 2012, revelou que:

[...] as baixíssimas taxas de elucidação de homicídios observadas no Brasil podem ser diretamente atribuídas não apenas à precariedade das condições de trabalho e da infraestrutura das polícias civis e da perícia criminal (responsáveis pela investigação e elucidação dos assassinatos), como também aos baixos níveis de articulação institucional entre os órgãos que compõem o Sistema de Justiça Criminal (aspecto que acarreta um processamento judiciário lento e pouco eficaz dos casos esclarecidos) (Ministério da Justiça, 2014, p. 25-26).

Neste cenário, percebe-se que os erros na administração podem causar impactos significativos tanto técnica quanto socialmente, como a dificuldade em obter resultados efetivos e solucionar casos criminais, o que resulta no contínuo sofrimento da sociedade diante da violência. É importante promover uma análise construtiva sobre as atitudes sociais, a atuação do governo, os métodos de apuração de assassinatos, visando, a partir de evidências concretas, as opções mais benéficas e eficazes para gestão de conflitos sociais e da intervenção policial.

Figura 1 – Esquema de investigação de um homicídio.



Fonte: Geberth (2007).

De acordo com Geberth (2007) o início da investigação de um homicídio deve ser imediato após o recebimento do chamado policial informando sobre o crime. O agente responsável por receber essa informação deve ser capaz de extrair rapidamente o máximo de dados possíveis não apenas sobre o crime em si (local, horário, possíveis vítimas e autores, dinâmica do crime, paradeiro dos envolvidos), mas também sobre a pessoa que fez a ligação (identificação, endereço, relação com as circunstâncias do crime). Essas informações devem ser repassadas imediatamente para as unidades policiais³ mais próximas, a fim de garantir uma rápida resposta ao caso (Moraes, 2014).

³ Em termos ideais, a composição mínima de uma equipe de investigação de homicídios para condução adequada das investigações preliminares deve ser a seguinte: Um (01) delegado de polícia; Três (03) investigadores/agentes de polícia; Um (01) perito criminal; Um (01) papiloscopista;

Ao chegar na cena de um possível homicídio, os policiais precisam analisar rapidamente o ambiente, coletando o máximo de informações disponíveis. A prioridade é garantir a segurança de todos os presentes, incluindo a equipe policial. É importante presumir que o crime ainda pode estar acontecendo e os responsáveis podem estar por perto. Portanto, a primeira tarefa é garantir a segurança do local, identificando possíveis ameaças. Se possível, a prisão do responsável deve ser realizada imediatamente (Moraes, 2014).

Geberth (2007) recomenda que, caso seja constatado um falecimento no local, é imprescindível que os agentes policiais ajam imediatamente para isolar e preservar a cena do crime. Ao mesmo tempo, é fundamental acionar as equipes responsáveis pela investigação e perícia oficial para examinar a cena e coletar quaisquer evidências relacionadas ao ocorrido. O primeiro passo dos policiais encarregados de isolar e preservar a área do crime deve ser estudar minuciosamente o local para determinar sua extensão de forma preliminar. O isolamento imediato e eficaz das áreas direta, indiretamente afetadas e relacionadas contribui significativamente para a preservação de evidências físicas e, em certos casos, pode auxiliar na identificação dos responsáveis. É importante ressaltar que o isolamento inicial realizado pelos policiais pode ser revisado e modificado pela autoridade policial ou pelos peritos, que irão examinar o local posteriormente e coletar as evidências necessárias (Moraes, 2014).

3 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa exploratória, bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica ocorreu a partir de estudos e pesquisas científicas, livros, legislações pertinentes ao tema, selecionados em plataformas de buscas como a Scielo, CAPES e BDTD.

Em um segundo momento, para o desenvolvimento deste artigo foi utilizada a pesquisa de campo exploratória buscando resultados junto aos órgãos do tema aqui abordado. O método utilizado para a realização desta pesquisa foi o método dedutivo, o qual, segundo as autoras Marconi e Lakatos (2003), tem como objetivo o esclarecimento das premissas já realizadas anteriormente. Encontrados os resultados, partirá o pesquisador para a pesquisa propriamente dita. Nela, ele deverá selecionar os métodos e técnicas que pretende utilizar. A escolha, segundo Marconi e Lakatos, “dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 33).

A pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa a partir de coleta de dados da gestão mediante pesquisa de campo, com levantamento de dados em órgãos estaduais em Goiás, são eles: Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC) e Polícia Técnico Científica (PTC), voltados para atuação em crimes de homicídios e análise de documentos sobre os procedimentos profissionais. Deste modo, trata-se de um método dedutivo.

Os dados foram coletados nestes órgãos no mês de abril de 2024 a partir da entrega do Roteiro de Entrevista (Apêndice A), e os dados coletados foram descritos na íntegra e, em seguida discutidos com a literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 GERENCIAMENTO DE HOMICÍDIOS PELO POLÍCIA MILITAR

A partir das respostas obtidas por Unidades Policiais Militares de Goiânia-Go, pode-se mapear os processos que estes órgãos adotam no gerenciamento de ocorrências de homicídio. Percebeu-se que os órgãos possuem em comum a comunicação inicial sobre as ocorrências, que geralmente se dá através de ligações para o serviço de emergência, denúncias anônimas ou diretamente via COPOM. Após o acionamento, todos os batalhões destacam a importância do deslocamento rápido e seguro ao local do crime, seguido pela preservação e isolamento da cena do homicídio. Esta etapa é fundamental para garantir a integridade das evidências e possibilitar uma investigação eficaz.

Além disso, a colaboração entre diversos órgãos de segurança e a comunicação contínua com outras agências, como a Polícia Técnico-Científica e a Polícia Judiciária, são práticas comuns e destacadas pelos três batalhões. Todos os batalhões ressaltam a necessidade de informar e coordenar com outras unidades e serviços, como SAMU e Bombeiros, para garantir uma resposta integrada e eficaz.

Contudo, há etapas e ações que são realizadas de forma distinta entre os batalhões. A 7ª UPM da PMGO enfatiza o uso de tecnologia e a formação contínua de seus policiais como medidas operacionais críticas para o sucesso na missão de investigação e resolução de homicídios. Já a 31ª UPM da PMGO segue um protocolo específico, o POP 112, que descreve uma sequência de ações detalhadas do 1 ao 13. Essa padronização parece ser uma característica distintiva desse batalhão.

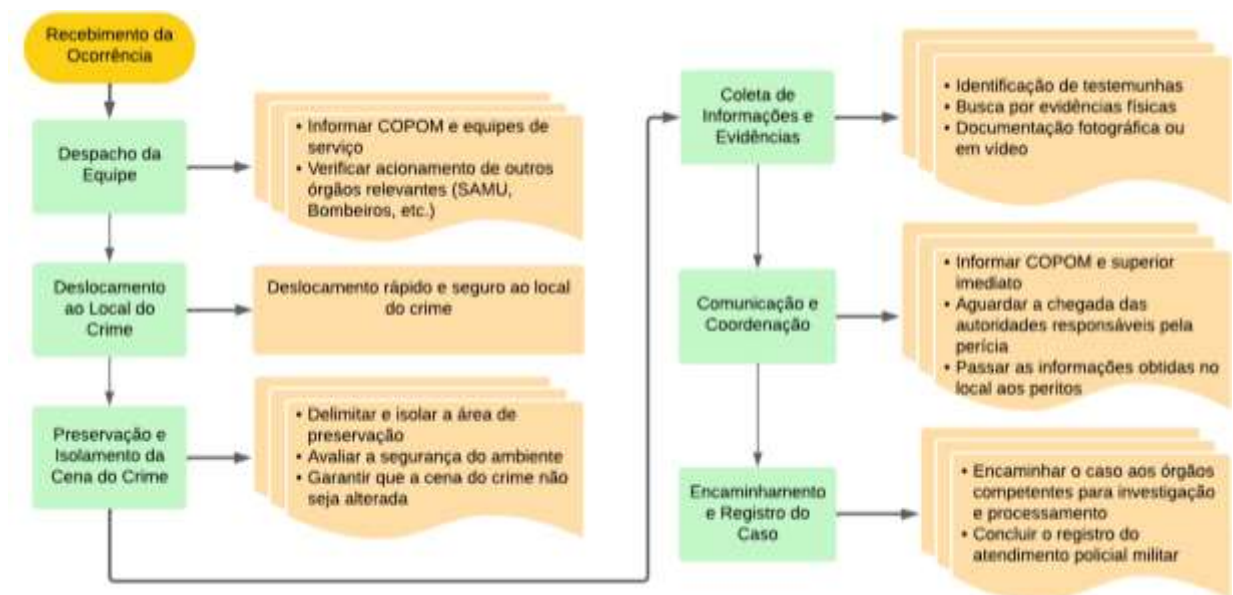
A 42ª UPM da PMGO destaca a importância de uma comunicação clara e imediata com o COPOM e o superior imediato, além de um procedimento rigoroso de aguardar a chegada

das autoridades responsáveis pela perícia antes de cessar a preservação do local do crime. Este batalhão também enfatiza a necessidade de informar detalhadamente os peritos sobre as informações obtidas no local.

Em termos de ações preventivas, a UPM 1 menciona o fortalecimento do policiamento ostensivo e a realização de operações de prevenção ao crime, principalmente em áreas de maior incidência criminal. A UPM 2 destaca a parceria entre a equipe de ALI e a viatura de área, além do trabalho conjunto com o serviço de Inteligência. A UPM 3 foca em operações, abordagens a veículos e pessoas, patrulhamentos, e a visibilidade da polícia como medidas preventivas para reduzir os índices de homicídio.

Com base nas respostas obtidas, foi elaborado um fluxograma, mostrado na Figura 2, do processo de gerenciamento de homicídios que representa, de forma geral, o modelo adotado pelos batalhões analisados aqui.

Figura 2 – Fluxograma Geral das Etapas de Gerenciamento de Ocorrências de Homicídio por Unidades Policiais Militares da Capital.



Fonte: Autor (2024)

As informações sobre o homicídio são recebidas através de ligações de emergência, denúncias anônimas, relatos de testemunhas ou diretamente pelo COPOM ou celular da viatura. Este é o primeiro passo essencial, pois garante que a ocorrência seja registrada e que a equipe seja mobilizada rapidamente para atender ao incidente.

Após o recebimento da informação, a equipe é informada e despachada imediatamente para o local do crime. O COPOM e outras equipes de serviço são notificadas, assegurando que

todos os órgãos relevantes estejam cientes da situação e prontos para oferecer suporte conforme necessário. A coordenação com outros órgãos, como SAMU, Bombeiros e Perícia Técnico-Científica, é verificada para garantir uma resposta integrada.

A equipe se desloca rapidamente e de forma segura até o local do crime. A prontidão e a eficiência no deslocamento são cruciais para preservar a cena do crime e evitar que evidências sejam comprometidas ou perdidas.

No local do crime, a área é delimitada e isolada para preservar as evidências. A segurança do ambiente é avaliada para garantir que a cena permaneça intacta até a chegada das autoridades competentes. Este passo é vital para assegurar que todas as evidências relevantes sejam protegidas e que a investigação possa ser conduzida de maneira eficaz.

A equipe procede com a busca por evidências físicas, identifica testemunhas e documenta a cena do crime com fotos ou vídeos. A coleta minuciosa de informações e a documentação adequada da cena são essenciais para construir um caso sólido e fornecer subsídios para a investigação subsequente.

O COPOM e o superior imediato são informados sobre as ações realizadas e os achados preliminares. A equipe aguarda a chegada das autoridades responsáveis pela perícia, como a Polícia Judiciária e a Polícia Técnico-Científica. Ao chegarem, todas as informações coletadas no local são passadas aos peritos, garantindo uma transição fluida e colaborativa no processo investigativo.

Após a conclusão das etapas no local do crime, o caso é encaminhado aos órgãos competentes para investigação e processamento. A equipe conclui o registro do atendimento policial militar, documentando todos os detalhes relevantes e ações tomadas. Este registro é fundamental para a continuidade da investigação e para a eventual responsabilização dos envolvidos no homicídio.

Por fim, todos os batalhões sugerem que o compartilhamento de informações entre os diversos órgãos de segurança e uma resposta mais célere nas investigações poderiam contribuir significativamente para a melhoria na gestão das ocorrências de homicídios, oferecendo uma maior sensação de segurança e justiça para a sociedade.

4.2 GERENCIAMENTO DE HOMICÍDIOS PELA DELEGACIA ESTADUAL DE INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS

A Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios descreve um procedimento claro e estruturado para o gerenciamento de ocorrências de homicídio. Inicialmente, o conhecimento

de uma ocorrência de homicídio geralmente ocorre através da comunicação via COPOM da Polícia Militar. Este canal de comunicação é essencial para garantir que as informações cheguem rapidamente à delegacia, permitindo uma resposta ágil e eficiente.

Após o recebimento da notícia via COPOM, a delegacia requisita imediatamente a perícia no local de morte violenta e aciona o Instituto Médico Legal (IML). Simultaneamente, a equipe plantonista é deslocada para o local do crime. As etapas desde o acionamento até a chegada ao local incluem essas ações essenciais, que garantem que a cena do crime seja preservada e investigada de forma adequada.

No local do homicídio, a delegacia realiza várias medidas operacionais importantes. Estas incluem a identificação da vítima, levantamento de imagens de câmeras de monitoramento, qualificação de testemunhas, e a gestão junto à equipe pericial para a coleta de informações técnicas. Além disso, a apreensão do aparelho celular da vítima e a confecção do relatório de reconhecimento visuográfica são realizadas para documentar minuciosamente a cena do crime e coletar todas as evidências possíveis.

Para assegurar o êxito na investigação de homicídios, a delegacia foca na coleta em tempo hábil dos elementos de informação e na efetivação de medidas judiciais. Estas medidas incluem busca e apreensão, prisão temporária e quebra de sigilo telemático, todas destinadas a coibir condutas que possam prejudicar a eficácia da investigação e a propiciar a coleta de novas informações relevantes.

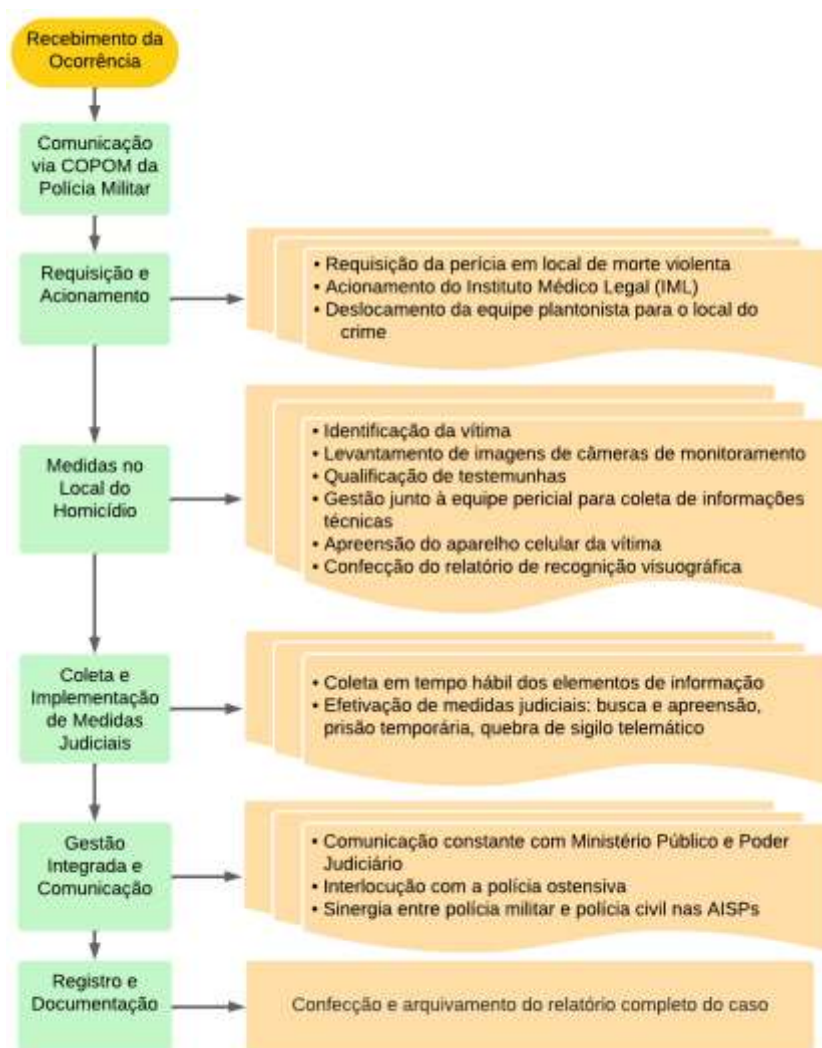
A delegacia também destaca várias ações que têm contribuído para a gestão eficiente dos crimes de homicídio. A existência perene de uma equipe plantonista com um protocolo de atuação voltado para a coleta profícua de informações no local do crime é fundamental. Além disso, equipes de investigação com atuação contínua em áreas previamente definidas, denominadas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), e a interlocução constante com o Ministério Público e o Poder Judiciário são práticas que reforçam a eficácia das investigações. A política de incentivo financeiro atrelada à produtividade também é citada como um fator motivador para os investigadores.

Em termos de prevenção e controle dos crimes de homicídio, a delegacia implementou várias ações eficientes. Estas incluem a política de recompensas por produtividade, capacitação no âmbito da investigação telemática e informática, e suporte humano, armamentício e estrutural para a execução de operações policiais. O aporte de recursos humanos e materiais visa ampliar a eficiência dos trabalhos de investigação.

A delegacia destaca ainda a importância da gestão integrada das ocorrências de homicídios. Atualmente, existe uma integração entre as forças de segurança pública,

respeitando os limites constitucionais de atuação de cada órgão. A polícia judiciária mantém constante interlocução com a polícia ostensiva, e em cada AISP existe uma sinergia entre a polícia militar e a polícia civil para descortinar a autoria de homicídios. Essa integração é vital para garantir uma resposta coordenada e eficiente aos crimes de homicídio. Um esquema do processo utilizado por este órgão pode ser visto na Figura 3.

Figura 3 - Fluxograma das Etapas de Ação da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios em atendimento a ocorrências de homicídios



Fonte: Autor (2024)

A comunicação inicial sobre a ocorrência de homicídio é recebida via COPOM da Polícia Militar. Esse contato é essencial para acionar imediatamente as equipes necessárias para a investigação.

Após o recebimento da notícia, a delegacia requisita a perícia no local de morte violenta e aciona o Instituto Médico Legal (IML). A equipe plantonista é imediatamente deslocada para o local do crime, garantindo uma resposta rápida e organizada.

No local do crime, várias ações operacionais são realizadas: a identificação da vítima, levantamento de imagens de câmeras de monitoramento, qualificação de testemunhas, e a gestão junto à equipe pericial para a coleta de informações técnicas. A apreensão do aparelho celular da vítima e a confecção do relatório de reconhecimento visuográfica são cruciais para documentar e preservar as evidências.

Para assegurar a eficácia da investigação, a delegacia foca na coleta rápida de informações e na implementação de medidas judiciais. Estas incluem busca e apreensão, prisão temporária e quebra de sigilo telemático, todas destinadas a prevenir a obstrução da investigação e a permitir a coleta de novas informações relevantes.

A delegacia mantém uma comunicação constante com o Ministério Público e o Poder Judiciário. Existe uma integração efetiva entre as forças de segurança, respeitando os limites constitucionais de atuação de cada órgão. Nas AISP, há uma sinergia entre a polícia militar e a polícia civil, o que facilita a identificação e a prisão dos responsáveis pelos homicídios.

Após a conclusão das investigações iniciais e das ações no local do crime, a delegacia confecciona e arquiva um relatório completo do caso. Este registro detalhado é fundamental para a continuidade da investigação e para a eventual responsabilização dos envolvidos.

Por fim, a delegacia sugere que os outros órgãos de segurança pública do Estado deveriam focar na importância da prova material, estabelecendo uma política de investimento maciço nas áreas do conhecimento técnico. A carência de equipamentos e recursos humanos na área técnica é vista como um obstáculo significativo à resolução de homicídios. Portanto, um investimento robusto nessas áreas é necessário para melhorar os resultados no gerenciamento das ocorrências de homicídios.

Logo, nota-se que a Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios demonstra uma abordagem sistemática e integrada para o gerenciamento de homicídios, destacando a importância da comunicação, coleta de informações, colaboração entre órgãos de segurança e investimento em recursos técnicos para garantir a eficácia das investigações e a prevenção de crimes futuros.

4.3 GERENCIAMENTO DE HOMICÍDIOS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIENTÍFICA

A Superintendência de Polícia Técnico Científica toma conhecimento de uma ocorrência de homicídio através do sistema informatizado ODIN, que registra as informações e solicitações de exame pericial feitas pela Polícia Civil. Além do registro no sistema, a Polícia Civil confirma a solicitação via telefone, garantindo uma comunicação clara. O atendente então registra a requisição pericial, especificando o tipo de exame e designando os responsáveis. Em seguida, entra em contato com os servidores designados, que preparam os equipamentos necessários e se dirigem ao local do exame com a viatura da Polícia Técnico-Científica.

No local do homicídio, a equipe pericial inicialmente conversa com os policiais presentes para obter informações sobre a ocorrência. Em seguida, avalia o nível de preservação e isolamento do local, ampliando-o se necessário para garantir a preservação dos vestígios e a segurança da equipe. Outras medidas incluem a paramentação de segurança adequada, como o uso de luvas, jaleco, propés, máscaras e toucas, conforme a necessidade do local específico. Após essas ações iniciais, a equipe procede à realização do exame conforme as recomendações dos estudos de criminalística.

A sequência das ações tomadas pela Superintendência de Polícia Técnico Científica começa com o recebimento da requisição pericial e a avaliação de sua pertinência à seção especializada. Segue-se o registro da perícia, o deslocamento do perito ao local do crime, a realização do exame pericial, o retorno ao Instituto de Criminalística ou Núcleos Regionais, o registro no Sistema ODIN da realização do exame e o cadastro de vestígios coletados, e por fim, a confecção e liberação do laudo pericial.

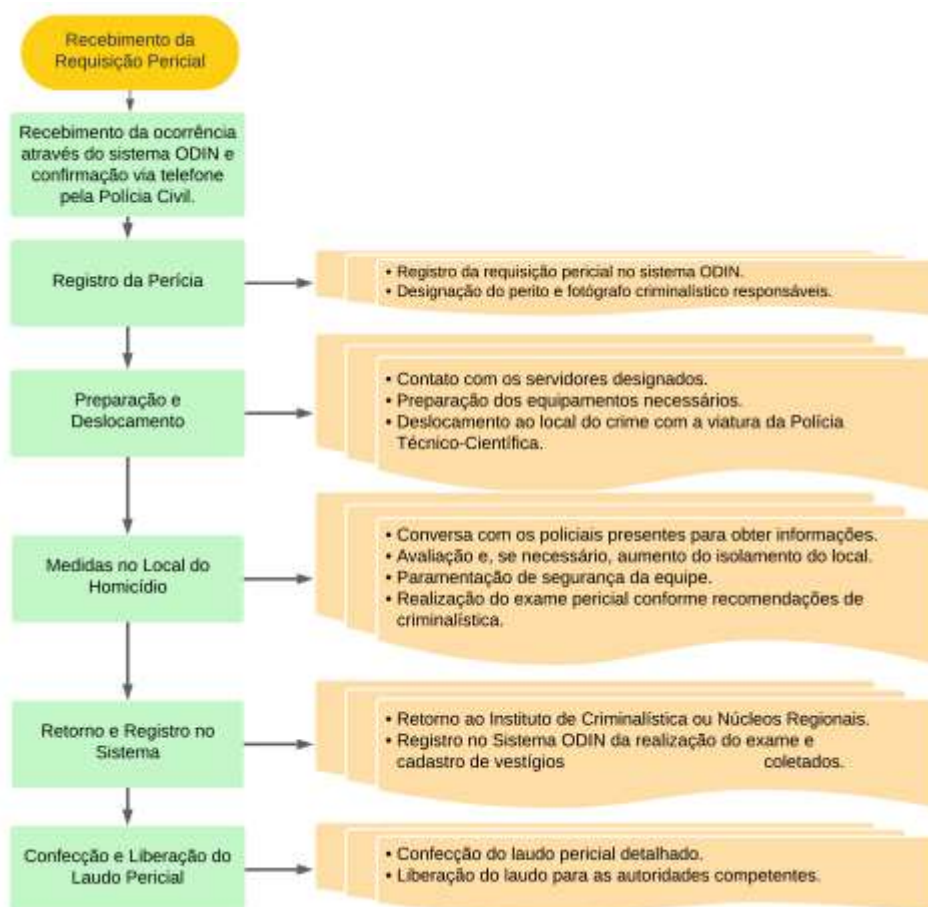
Para garantir o êxito nas investigações de homicídios, a equipe pericial realiza várias ações, como o pronto atendimento às ocorrências com deslocamento imediato ao local, evitando a perda de vestígios. Após o retorno, os vestígios são encaminhados imediatamente para as seções especializadas que operam 24 horas, garantindo o armazenamento adequado e a realização dos exames necessários. Os laudos confeccionados pelos peritos são altamente técnicos, detalhando a dinâmica do delito e auxiliando os profissionais do direito na avaliação do caso.

A Superintendência de Polícia Técnico Científica adota várias ações contínuas que contribuem para a gestão eficiente dos crimes de homicídio. Estas incluem a confecção de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para padronizar os exames de local, a oferta de cursos especializados para a equipe pericial e a utilização de novos equipamentos e reagentes. Estas ações asseguram que os exames sejam realizados de forma adequada e eficiente por qualquer servidor perito.

Uma das ações desenvolvidas para a prevenção e controle dos crimes de homicídio é a integração entre as forças policiais, especialmente entre delegados e peritos. Este contato próximo permite um entendimento claro do que está sendo procurado em cada caso, evitando a omissão de informações importantes nos laudos periciais. Embora a atuação da Polícia Técnico Científica ocorra após o homicídio, ela contribui para a prevenção de futuros crimes ao auxiliar na resolução eficaz dos casos.

A gestão integrada das ocorrências de homicídios ocorre desde o acionamento, com a troca de informações preliminares entre a Polícia Civil e a Polícia Técnico-Científica. No local do crime, a presença do delegado de Polícia facilita a interação entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Técnico-Científica. Após o exame, a integração continua na divulgação dos resultados da investigação, muitas vezes através de coletivas de imprensa com a presença das forças policiais. A Figura 4 traz um fluxograma de como a Polícia Técnico científica atua, com base nas respostas coletadas.

Figura 4 - Fluxograma das Etapas de Ação da Superintendência de Polícia Técnico Científica em Ocorrências de Homicídio com base nas respostas obtidas.



Fonte: Autor (2024)

A ocorrência de homicídio é registrada no sistema ODIN, um sistema informatizado utilizado pela Superintendência de Polícia Técnico Científica. Além do registro no sistema, a Polícia Civil confirma a ocorrência via telefone, garantindo que a informação chegue rapidamente e de forma precisa à Superintendência. Esta dupla verificação assegura que a equipe pericial seja imediatamente acionada para iniciar o processo investigativo.

Após o recebimento da requisição, a ocorrência é formalmente registrada no sistema ODIN. Neste momento, são designados os profissionais responsáveis pela perícia, incluindo o perito e o fotógrafo criminalístico. Este registro formaliza o processo, assegurando que todos os detalhes da requisição sejam documentados e que os profissionais apropriados sejam informados e preparados para a ação.

Os servidores designados para a perícia são contatados e instruídos a preparar os equipamentos necessários para o exame. Após a preparação, a equipe se desloca ao local do crime utilizando a viatura da Polícia Técnico-Científica. Este deslocamento rápido e organizado é crucial para garantir que a equipe chegue ao local em tempo hábil, evitando a perda de vestígios importantes.

No local do crime, a equipe pericial começa obtendo informações preliminares dos policiais presentes. Em seguida, avalia o nível de preservação e isolamento da área. Se necessário, a equipe amplia o isolamento para garantir a preservação dos vestígios e a segurança dos profissionais. Além disso, a equipe se paramenta adequadamente com equipamentos de segurança, como luvas, jalecos, propés, máscaras e toucas. Estas medidas iniciais são seguidas pela realização do exame pericial conforme as recomendações de criminalística, garantindo que todos os procedimentos técnicos sejam rigorosamente seguidos.

Após a conclusão do exame no local do crime, a equipe retorna ao Instituto de Criminalística ou aos Núcleos Regionais. Os detalhes da realização do exame e os vestígios coletados são então registrados no sistema ODIN. Este registro é essencial para manter um histórico detalhado da ocorrência e para a continuidade do processo investigativo.

Sem seguida o laudo pericial é confeccionado de forma detalhada, documentando todas as descobertas e análises realizadas pela equipe pericial. Este laudo fornece uma análise técnica minuciosa dos vestígios e da cena do crime, sendo fundamental para a investigação. Após a confecção, o laudo é liberado para as autoridades competentes, permitindo que o processo investigativo prossiga com base em evidências científicas rigorosas.

Para melhorar o gerenciamento das ocorrências de homicídios, a Superintendência de Polícia Técnico Científica sugere um maior envolvimento da equipe pericial com as delegacias de outras cidades, especialmente no interior do estado. Uma maior proximidade entre a equipe

pericial e a Polícia Civil poderia melhorar a coordenação e a eficiência na resolução dos casos de homicídio.

4.4 DISCUSSÃO: INTEGRAÇÃO E MELHORIAS POTENCIAIS

As respostas dos três órgãos - Polícia Militar, Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios e Superintendência de Polícia Técnico Científica - destacam a importância de uma comunicação eficaz e integração entre as forças de segurança para a resolução de ocorrências de homicídio. A Polícia Militar é responsável pelo primeiro contato e pela preservação da cena do crime, assegurando que as evidências sejam protegidas até a chegada dos peritos. A Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios toma medidas rápidas para requisitar a perícia e coletar informações detalhadas, enquanto a Polícia Técnico Científica realiza os exames periciais e elabora os laudos necessários.

A colaboração contínua entre os órgãos é evidente nas práticas de comunicação constante e na coordenação de ações no local do crime. A integração é reforçada pela presença de protocolos e procedimentos padronizados que garantem uma resposta uniforme e eficaz. A troca de informações entre os diferentes órgãos e a utilização de sistemas informatizados, como o ODIN, facilitam a gestão integrada das ocorrências.

Sendo assim, o Quadro 1 traz de forma resumida uma tabela mostrando onde há uma integração entre esses órgãos na resolução de ocorrências de homicídio.

Quando 1 - Tabela de Integração entre as Polícias na Resolução de Ocorrências de Homicídio.

Aspecto	Polícia Militar	Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios	Superintendência de Polícia Técnico Científica	Integração
Comunicação Inicial	Recebimento via COPOM e emergências	Recebimento via COPOM	Recebimento via sistema ODIN, confirmado pela Polícia Civil	Comunicação via COPOM para alinhar informações e acionar rapidamente os outros órgãos
Despacho e Deslocamento	Despacho imediato das equipes para o local do crime	Deslocamento imediato da equipe plantonista	Deslocamento imediato dos peritos após preparação dos equipamentos	Coordenação rápida e sincronizada para garantir presença simultânea dos órgãos no local do crime
Preservação da Cena do Crime	Delimitação e isolamento da área	Garantia de preservação da cena do crime	Avaliação e, se necessário, ampliação do isolamento da área	Colaboração no local para garantir que a cena seja preservada até a chegada de todos os peritos

Coleta de Informações e Evidências	Identificação de testemunhas, coleta de evidências, documentação da cena	Identificação da vítima, qualificação de testemunhas, gestão da coleta de dados	Coleta de vestígios, conversas com policiais, análise técnica da cena	Compartilhamento de informações coletadas no local, garantindo uma análise mais completa
Medidas Operacionais no Local	Informar superior imediato e COPOM, coordenar preservação	Implementação de medidas judiciais, coordenação com perícia e IML	Execução de exames periciais, uso de equipamento especializado	Trabalho conjunto no local para otimizar a coleta de evidências e análise pericial
Procedimentos Judiciais	Coordenação com unidades de justiça e serviços de emergência	Busca e apreensão, prisão temporária, quebra de sigilo	Registro e encaminhamento de vestígios, confecção de laudos	Colaboração contínua com o sistema judicial para assegurar medidas legais rápidas e eficazes
Registro e Documentação	Conclusão do registro do atendimento policial	Confecção e arquivamento de relatório completo do caso	Registro no Sistema ODIN, documentação detalhada de vestígios e exames	Documentação coordenada e detalhada para suporte jurídico e investigativo
Ações Preventivas e Capacitação	Fortalecimento de policiamento, operações conjuntas, uso de inteligência	Capacitação em telemática, incentivos financeiros, suporte a operações	Treinamentos especializados, uso de novos equipamentos e reagentes	Formação e treinamento contínuos, uso de tecnologia e inteligência compartilhada
Gestão Integrada	Coordenação contínua com outros órgãos para resposta integrada	Integração entre forças de segurança, sinergia nas AISPs	Gestão integrada desde o acionamento, interação contínua entre Polícia Militar e Civil	Sinergia e comunicação constante entre os três órgãos para garantir uma abordagem unificada

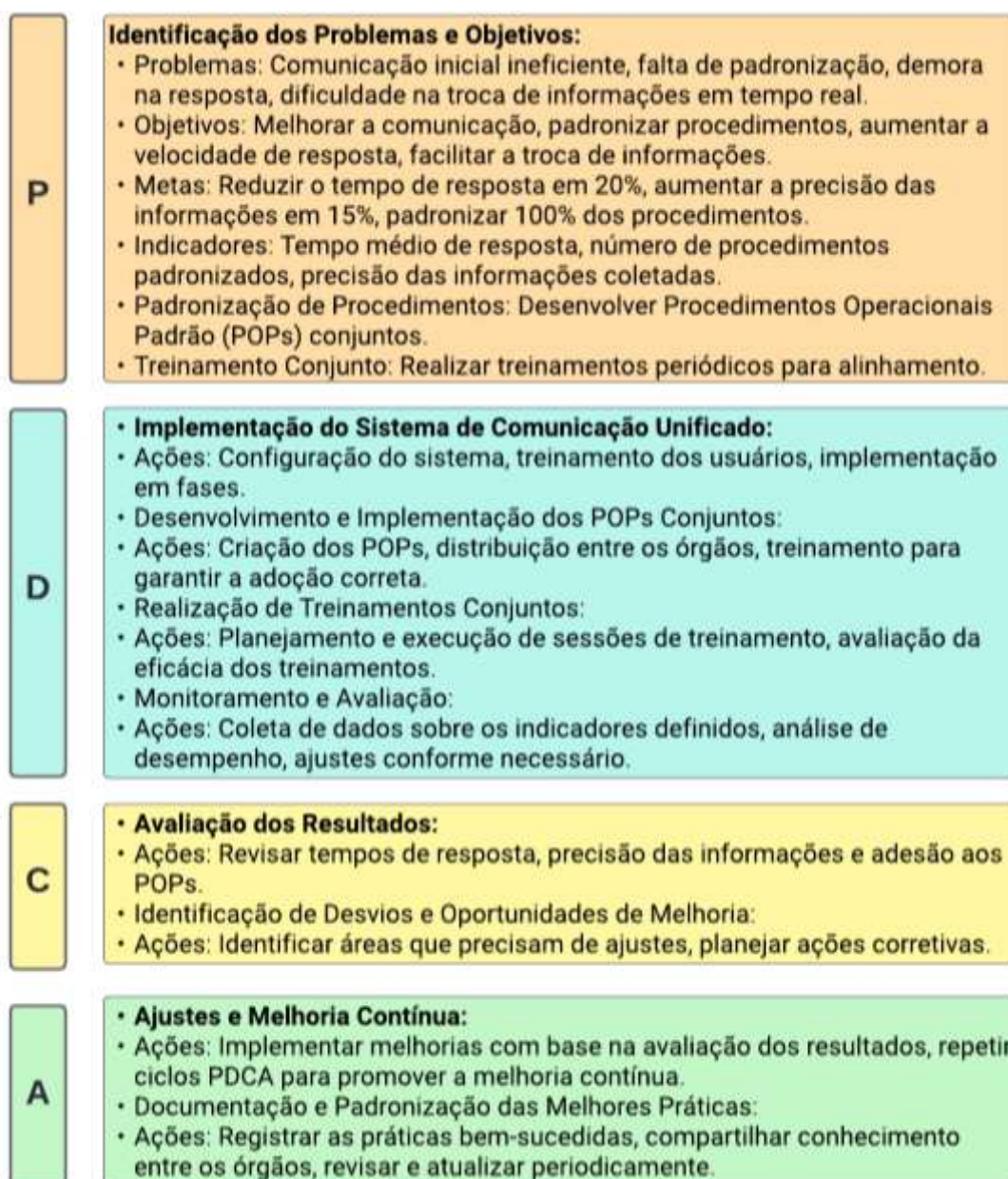
Fonte: Autor (2024)

Cada órgão desempenha um papel crítico e complementar na investigação de homicídios. A Polícia Militar garante a preservação inicial da cena e a segurança, a Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios conduz a investigação com medidas judiciais rápidas e eficazes, e a Polícia Técnico Científica fornece a análise técnica e científica que fundamenta a investigação. A sinergia entre essas forças permite uma abordagem abrangente e coordenada, essencial para a resolução eficaz dos casos de homicídio.

Com base no Quadro 1, a integração entre a Polícia Militar, Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios e Superintendência de Polícia Técnico Científica é fundamentada em uma comunicação eficaz e coordenada desde a comunicação inicial até a conclusão dos procedimentos judiciais. A Polícia Militar faz o primeiro contato e preserva a cena, enquanto a Delegacia de Homicídios coordena a coleta de informações e medidas judiciais, e a Polícia Técnico Científica realiza exames periciais rigorosos. A colaboração contínua e a troca de informações entre os órgãos são cruciais para a resolução eficaz dos homicídios, garantindo uma abordagem unificada e coordenada em todas as etapas do processo investigativo.

om base na integração analisada, algumas melhorias podem ser implementadas para otimizar a colaboração entre a Polícia Militar, Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios e Superintendência de Polícia Técnico Científica. Estas melhorias podem ser vistas de forma resumida por meio da ferramenta PDCA, conforme detalhado na Figura 5 a seguir. O uso do ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) permite uma abordagem estruturada e contínua de aperfeiçoamento, abordando questões de comunicação, padronização de procedimentos, treinamento e avaliação de desempenho, promovendo uma integração mais eficaz entre os órgãos.

Figura 5 – Proposta de Melhoria para Facilitar a Integração entre os Órgãos usando a Ferramenta PDCA.



A proposta de melhoria descrita na Figura 5 visa aumentar a eficácia e a eficiência no gerenciamento de ocorrências de homicídio.

O primeiro ponto é identificar claramente os problemas existentes e estabelecer objetivos precisos. Problemas como comunicação inicial ineficiente, falta de padronização, demora na resposta e dificuldade na troca de informações em tempo real são questões críticas que precisam ser abordadas. Estabelecer objetivos como melhorar a comunicação, padronizar procedimentos, aumentar a velocidade de resposta e facilitar a troca de informações cria um foco unificado para todos os envolvidos.

Em seguida, deve-se definir metas específicas e indicadores mensuráveis para monitorar o progresso. Metas como reduzir o tempo de resposta em 20%, aumentar a precisão das informações em 15% e padronizar 100% dos procedimentos são concretas e permitem uma avaliação objetiva do desempenho. Indicadores como o tempo médio de resposta, o número de procedimentos padronizados e a precisão das informações coletadas fornecem dados claros para medir a eficácia das ações implementadas.

Desenvolver um plano de ação detalhado é o próximo passo. Isso inclui implementar um sistema de comunicação unificado que permita a troca de informações em tempo real, desenvolver Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) conjuntos para garantir a consistência nas ações e realizar treinamentos periódicos para alinhar todos os órgãos às novas práticas. A criação de um comitê de monitoramento para avaliar a implementação das melhorias e ajustar conforme necessário é fundamental para garantir que o processo de melhoria contínua seja mantido.

A implementação das ações planejadas deve ser realizada de forma estruturada. Isso envolve configurar o sistema de comunicação, treinar os usuários e implementar em fases para garantir uma adaptação gradual. Criar e distribuir os POPs entre os órgãos, juntamente com o treinamento adequado, assegura que todos sigam os mesmos procedimentos. Planejar e executar sessões de treinamento conjunto, além de avaliar a eficácia desses treinamentos, ajuda a alinhar as práticas entre os diferentes órgãos.

Após a implementação, é crucial avaliar os resultados obtidos. Revisar os tempos de resposta, a precisão das informações e a adesão aos POPs permite identificar o sucesso das ações implementadas. Identificar áreas que precisam de ajustes e planejar ações corretivas garante que os problemas sejam abordados de maneira contínua.

Implementar ajustes e promover a melhoria contínua com base na avaliação dos resultados é essencial para manter a eficácia das melhorias. Documentar e padronizar as

melhores práticas, registrando as práticas bem-sucedidas e compartilhando conhecimento entre os órgãos, assegura que as melhorias sejam sustentáveis a longo prazo. Revisar e atualizar periodicamente os procedimentos garante que a eficácia seja mantida e que novas práticas possam ser incorporadas conforme necessário.

Estas ações devem melhorar significativamente a integração entre os órgãos, resultando em uma resposta mais coordenada e eficiente às ocorrências de homicídio. A comunicação unificada e a padronização de procedimentos facilitarão a troca de informações e a colaboração entre os diferentes órgãos, enquanto os treinamentos conjuntos e o monitoramento contínuo garantirão que todos estejam alinhados e preparados para agir de forma integrada. Como resultado, espera-se uma melhoria na eficácia das investigações de homicídios, beneficiando a segurança pública como um todo.

5 CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado, que compreendeu investigar como se dá o gerenciamento de ocorrências de homicídio pelos órgãos de segurança pública de Goiás, a saber, PM, PC e SPTC, revelou-se uma série de práticas integradas e complementares no gerenciamento de ocorrências de homicídio. Cada órgão desempenha um papel essencial na investigação e resolução desses crimes, desde a comunicação inicial e deslocamento ao local do crime até a coleta de evidências e análise pericial. A comunicação eficaz e a coordenação entre os órgãos são fundamentais para garantir uma resposta rápida e eficiente, preservando a integridade da cena do crime e facilitando a coleta de informações críticas.

A Polícia Militar destaca-se pelo seu papel inicial na preservação da cena do crime e na coordenação com outros serviços de emergência. Sua prontidão e capacidade de isolamento imediato do local do crime são essenciais para a proteção das evidências. A Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios complementa essa atuação com medidas judiciais rápidas e a coleta detalhada de informações, garantindo que todas as pistas sejam seguidas de maneira eficaz. Já a Superintendência de Polícia Técnico Científica oferece a análise técnica detalhada das evidências, fornecendo suporte científico para as investigações.

A integração entre esses órgãos é fortalecida pelo uso de sistemas informatizados, como o ODIN, e pela implementação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) conjuntos. Destaca-se ainda que o POP existente deve ser revisto e atualizado de acordo com as tecnologias disponíveis para melhorar a integração entre estes órgãos. A padronização dos procedimentos garante uma abordagem uniforme e reduz a probabilidade de erros ou omissões durante as

investigações. Além disso, a realização de treinamentos conjuntos promove uma melhor compreensão das responsabilidades e práticas de cada órgão, facilitando a colaboração e a coordenação no local do crime.

Apesar das práticas integradas existentes, identificou-se pontos específicos que podem ser aprimorados para melhorar a integração entre os órgãos de segurança pública no gerenciamento de homicídios. A aplicação do ciclo PDCA foi sugerida com foco em intervenções concretas, baseadas nos resultados da pesquisa. Primeiramente, a comunicação inicial entre os órgãos precisa ser otimizada. Propomos implementar um sistema de comunicação digital integrado que permita o compartilhamento de informações em tempo real entre a Polícia Militar, a Delegacia de Homicídios e a Superintendência de Polícia Técnico-Científica. Este sistema deve incluir um aplicativo móvel acessível a todas as equipes em campo, garantindo que as atualizações sobre as ocorrências sejam imediatas e precisas.

Foi proposto ainda a realização de treinamentos conjuntos periódicos focados em cenários de homicídio. Por fim, a criação de um comitê de monitoramento e avaliação contínua é essencial para garantir a eficácia das intervenções. Este comitê será responsável por acompanhar a implementação das melhorias, avaliar os resultados e fazer ajustes conforme necessário. A utilização de indicadores de desempenho, como tempo de resposta, taxa de resolução de casos e qualidade das evidências coletadas, permitirá uma avaliação objetiva das ações implementadas. Estas intervenções, baseadas nos resultados da pesquisa, visam aumentar a eficiência e a eficácia no gerenciamento de homicídios pelos órgãos de segurança pública de Goiás, promovendo uma resposta mais coordenada e eficaz às ocorrências de homicídio.

Para estudos futuros, sugere-se a investigação de novas tecnologias e metodologias que possam ser incorporadas aos procedimentos atuais. Por exemplo, a utilização de inteligência artificial para análise de dados e predição de padrões criminais pode ser explorada. Além disso, a criação de um banco de dados centralizado acessível a todos os órgãos de segurança pública pode facilitar a troca de informações e a coordenação das investigações. Estudos longitudinais sobre o impacto dessas melhorias na taxa de resolução de homicídios e na percepção de segurança pública também seriam valiosos para avaliar a eficácia das estratégias implementadas.

REFERÊNCIAS

AUDI, A. **Taxa de homicídios continua diminuindo no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://brazilian.report/liveblog/politics-insider/2023/08/17/homicide-rates-violence-monitor/> Acesso em: nov. 2023.

FELTRAN, G. S. “State Reaction”. In: FELTRAN, G. et al. **Stolen Cars: A Journey Through São Paulo’s Urban Conflict**. Nova York: Hoboken, 2022.

FERREIRA, H. R. S. **Violência e segurança pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015

GEBERTH, V. J. 10 Most Common Errors in Death Investigations. **Law and Order Magazine, Deerfield**, v. 55, n. 11, November, 2007

GOIAS. Secretaria de Segurança Pública- SSP-GO. **Assassinatos caem 11,8% em Goiás**. 2023. Disponível em: <https://agenciakoradenoticias.go.gov.br/93134-assassinatos-caem-118-em-goias-mostra-monitor-da-violencia#:~:text=Conforme%20acompanhamento%20do%20Observat%C3%B3rio%20de,queda%20de%2016%2C39%25>. Acesso em: nov. 2023.

GOMES, R. L. C. **Gestão por Processos no setor público: Estudo de Caso na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Paraíba**. – João Pessoa, 2017. 64f.: il.

GODET, M.; DURANCE, P. **A prospectiva estratégica: para as empresas e territórios**. Paris: Dunod; Unesco, 2011.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamento da metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANSO, B. P; DIAS, C. N. **A guerra: Ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MATIAS-PEREIRA, J. **Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2018.

MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. 2. ed. Brasília: Ipea, 1996. 2 v.

MINGARDI, G; FIGUEIREDO, I. **A Investigação De Homicídios: Construção De Um Modelo**. 2018. https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume3/investigacao_homicidios_construcao_modelo.pdf

Moraes, A et al. **Investigação criminal de homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014. 124 p. : il. color.

PAIM, R. et al. **Gestão de Processos: pensar, agir e aprender**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PASSOS, N. S. A investigação dos homicídios no Brasil: uma realidade paradoxal. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 202–219, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n2.1362. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1362>. Acesso em: 3 abr. 2024.

RIBEIRO, E; CANO, I. Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 16, n. 2, p. 285-305, 2016.

RODRIGUES, F. J. “Mercados musicais-dançantes e periferias: Trajetórias individuais e de circuitos de diversão em Salvador e Maceió”. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, pp. 86-99, 2017a.

RODRIGUES, Fernando de Jesus et al. “Políticas, Mercados e Violência no Norte e Nordeste do Brasil”. **Revista Tomo**, n. 40, pp. 8-39, 2022.

SILVA, A. J. **Praça Velho**: um estudo sobre a socialização policial militar. Goiânia: UFG – 2002.

SOUZA, B. D. **Ensino Policial e Formação de Oficiais** (Dissertação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás). Goiânia: 2003.

SOUZA, P. C. S. **Pelo direito de existir fora do armário: o movimento LGBT entre a criminologia crítica e a glamourização da criminalização como solução para uma demanda já cansada de esperar**. Monografia apresentada ao Curso de Direito do UniFOA como requisito à obtenção do título de bacharel em Direito, 2018.
https://biblioteca.unifoa.edu.br/scripts/bnweb/bnmacervo_xan.exe/upload?id=780668&arquivo=66512

VALLE, R; OLIVEIRA, S. B. O. (Org.). **Análise e Modelagem de Processos de Negócio: foco na notação BPMN (Business Process Modeling Notation)**. São Paulo: Atlas, 2011.

TAVARES, R. et al. Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, pp. 923-934, 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Cargo:

Função

Tempo de trabalho:

- 1 – Com quais órgãos você atua na investigação de um homicídio em Goiás?
- 2 – Quais os principais protocolos de gestão nas ocorrências?
- 3 – Você considera que as policias envolvidas desempenham seu papel de acordo com as ocorrências?
- 4 – Quais as estratégias que vocês vêm utilizando dentro da perspectiva de segurança pública em relação ao aumento de crimes de homicídios?
- 5 – Quais são as fases e como você participa de cada fase subsequente?
- 6 - Quais são as estratégias adotadas para a repressão imediata e para a identificação e prisão dos responsáveis?
- 7 – O que acha que poderia melhorar nesse processo investigativo?